

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Acompanhamento dos trabalhos sobre a revitalização dos bairros históricos para beneficiar os estabelecimentos comerciais das comunidades envolventes

Nos últimos anos, o Governo da RAEM, em articulação com as empresas integradas de turismo e lazer, tem vindo a promover a revitalização das seis zonas históricas e culturais, estabelecendo um modelo operacional assente na “supervisão e coordenação do Governo, afectação de recursos por parte destas empresas e planeamento e organização pela sociedade civil”, com o objectivo de dinamizar os recursos patrimoniais edificados e transformá-los em novos marcos do turismo cultural. A revitalização das zonas históricas visa não só o embelezamento do espaço público ou a realização de feiras e mercados temporários, mas também, e sobretudo, potenciar o efeito de arrastamento das grandes empresas, criando espaços comerciais sustentáveis para as micro, pequenas e médias empresas de Macau e promovendo a integração profunda da estratégia de diversificação das indústrias “1+4” com a economia comunitária.

Analisando o funcionamento actual das zonas históricas, verifica-se que os avultados recursos afectados ainda não foram eficazmente convertidos em benefícios reais para a economia comunitária, subsistindo várias contradições estruturais profundas que urge resolver. Em primeiro lugar, a coordenação entre o apoio político e a implementação ao nível local ainda não é suficientemente eficaz. O Governo promoveu a criação de postos de atendimento nas zonas, mas os recursos políticos e os serviços interdepartamentais não descenderam verdadeiramente ao nível local. Actualmente, as micro, pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades reais relacionadas com a falta de ferramentas de transformação digital e de capacitação em *branding*, num contexto de mudança da estrutura da clientela. Ao mesmo tempo, os diversos fundos de apoio e os

procedimentos de facilitação para cidadãos e empresas continuam dispersos por diferentes serviços, obrigando os comerciantes a deslocarem-se a várias entidades para tratar de procedimentos ou obter aconselhamento. Os postos de atendimento existentes não cumprem plenamente a função de *one stop* para serviços administrativos e de incubação para a transformação empresarial.

Mais, o sistema de aquisições das empresas de lazer cria barreiras ao acesso das micro e pequenas empresas locais. Actualmente, os projectos de restauração, de indústrias criativas e culturais e de comércio a retalho introduzidos pelas empresas de lazer nas zonas continuam a seguir os mesmos modelos de aquisição, ou seja, as redes de fornecedores já estabelecidas, não existindo uma lista de aquisições, regular e publicamente transparente, para recrutamento local e para aquisição de pequenos fornecimentos. As microempresas criativas e as lojas centenárias localizadas nas proximidades das zonas, devido à sua dimensão e às condições de articulação, encontram dificuldades em participar, fazendo com que as grandes empresas realizem actividades animadas, enquanto os pequenos estabelecimentos comerciais das redondezas têm um retorno limitado. O ecossistema de benefício mútuo esperado pela população ainda não se materializou.

Por último, a atracção de visitantes mantém-se ao nível superficial, faltando um mecanismo de longo prazo que conduza os visitantes às ruas e vielas interiores. As actividades nas zonas históricas concentram-se sobretudo nas praças principais ou em troços específicos, onde os turistas fazem uma visita rápida e partem, sem se deslocarem às ruas e vielas das zonas antigas envolventes para consumir. Muitos comerciantes das lojas antigas referem não ter beneficiado do fluxo de pessoas gerado pelas zonas. Por outro lado, quando as associações civis e os estabelecimentos comerciais locais pretendem desenvolver percursos regulares de turismo cultural e de exploração aprofundada, integrando a história e o património das zonas, os critérios de avaliação para a obtenção de financiamento do Fundo de Turismo e de apoios à indústria cultural privilegiam espectáculos e festividades de grande escala, faltando um apoio direccionado e

mecanismos de atracção de longo prazo para projectos que articulem as zonas históricas com as lojas antigas das ruas e vielas interiores.

Pelo exposto, interpele sobre o seguinte:

1. Face às dificuldades de reconversão das micro, pequenas e médias empresas nos bairros históricos e à dispersão dos procedimentos de apoio, que mecanismos concretos e afectação de recursos tenciona o Governo da RAEM implementar para fazer descer, efectivamente, para os postos de atendimento existentes nos bairros, os apoios políticos e os serviços empresariais das áreas de economia e desenvolvimento tecnológico e de cultura e turismo, conferindo-lhes verdadeiramente a função integrada de “*one stop* para procedimentos empresariais e serviços administrativos” e de “aconselhamento para a transformação digital”, de modo a apoiar directamente a modernização e a valorização dos estabelecimentos comerciais circundantes?

2. Perante o obstáculo estrutural do sistema de aquisições das empresas de lazer que tende para grandes fornecedores já estabelecidos, dificultando a participação das micro e pequenas empresas locais, tenciona a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico, em articulação com a Direcção dos Serviços de Turismo, criar mecanismos de natureza vinculativa ou de incentivo que obriguem as entidades operadoras dos bairros históricos a publicar periodicamente listas de aquisição e de recrutamento dirigidas especificamente às micro, pequenas e médias empresas locais, garantindo, de forma institucionalizada, oportunidades de articulação efectiva e quotas de participação para os pequenos estabelecimentos comerciais locais na sua operação nos bairros?

3. Considerando a situação real em que os visitantes se concentram nos pontos centrais dos bairros históricos, sem beneficiar os estabelecimentos comerciais das ruas e vielas interiores, tencionam o Instituto Cultural e a Direcção dos Serviços de Turismo introduzir, nos critérios de avaliação para concessão de financiamento do Fundo de Turismo e de apoios à indústria cultural, indicadores

específicos de incentivo, dando prioridade a projectos de “turismo de exploração e itinerários culturais” que, planeados conjuntamente por associações civis e estabelecimentos comerciais locais, consigam canalizar, de forma duradoura, os fluxos de visitantes dos bairros históricos para as lojas tradicionais das ruas e vielas interiores, revitalizando assim a vitalidade comercial de toda a comunidade?

04 de Setembro de 2026

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Loi I Weng